

ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS NAS COMUNIDADES: IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS, FORMAÇÃO DE LEITORES E FOMENTO DE OPORTUNIDADES

Ana Lúcia Torres Marinho¹

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são deficitárias no que tange ao acesso à informação para as comunidades carentes. Nem mesmo a internet que possibilitou o acesso à informação em muitos espaços de informação diminuiu as desigualdades sociais a essas comunidades, pois não há linearidade nas mudanças, permanecendo assim, as dificuldades de acesso à educação, à cultura e à informação. Mediante as profundas deficiências, as comunidades e a sociedade civil estão unindo esforços para suprir a carência e mitigar a exclusão social.

A semente da conscientização já foi plantada, mas há ainda a necessidade da colheita de bons frutos, investindo na proliferação de projetos sociais dessa natureza e atentando para o monitoramento de projetos já existentes para que sejam cada vez mais eficientes. Além disso, faz-se necessário pontuar os projetos sociais com distorções para identificar o que é necessário mudar a fim de que possam oferecer serviços que impactem na vida das comunidades carentes.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA COMUNIDADE

Segundo Gohn (2005, p. 53), comunidade é uma “força local organizada”. Os indivíduos para conseguirem transformar o ambiente social em que vivem necessitam estar inseridos no processo participativo que move essas transformações sociais. Nesse contexto de participação popular, a citação de Chauí (2006) correlaciona a participação com democracia e cidadania:

¹ Bacharel em Biblioteconomia pela UNIRIO, Mestranda em História, Política e Bens Culturais pela FGV/RJ, Especialista em Gestão pela Qualidade Total pela UFF/LATEC, Bibliotecária na Faculdade de Medicina da UFF - <http://lattes.cnpq.br/1726008244001393>

A participação popular só será política e democrática se puder produzir as próprias leis, normas, regras e instituições que dirijam a vida sócio política [...] Só há democracia com a ampliação contínua da cidadania [...] que nas democracias liberais se define pelos direitos civis (CHAUI, 2006, p.138-40).

“As políticas são geradas e implantadas em um ambiente marcado por uma grande desigualdade de poder, de capacidade de influência e de controle de recursos entre os diversos atores sociais” (DAGNINO, 2008, p. 135). Nesse ambiente desigual e muitas vezes hostil surgem os movimentos e as práticas sociais para impor um pouco de equilíbrio à falta de acesso aos direitos. Falta de acesso essa, que se apresenta enraizada nas comunidades carentes, que denota por um lado, a falta de vontade do poder público, mas que por outro lado, de forma muito mais importante e potente, que mobiliza indivíduos na empreitada de transformar seres humanos.

Para Scornavacca Junior; Becker; Caravantes (1998), o terceiro setor age sob a forma de projetos, nomeados como projetos sociais e “o projeto social bem-estruturado é o caminho para o desenvolvimento social sustentado” (SCORNAVACCA JUNIOR; BECKER; CARAVANTES, 1998, p. 162), devendo fugir do caminho da caridade e do paternalismo.

Wanderley (2013), relata que a gestão social está fundamentada na cidadania e nos direitos e, além disso também pontua que “o social não é apenas reparador de destruições e destituições, sejam elas de que natureza forem. O social envolve as relações sociais de cada sociedade”. (WANDERLEY, 2013, p.23).

Portanto, a boa qualificação das políticas públicas, fomentam o desenvolvimento nas comunidades, desde que haja parceria e sinergia entre instituições e atores sociais. No entanto, a participação da comunidade não pode ser esquecida durante as etapas de implantação dos projetos sociais e isso é descrito na citação “[...] a comunidade deve ser radicalmente convocada a participar, inclusive porque essa atitude em si já expressa uma intencionalidade política para além das atividades e estratégias utilizadas” (MELO, 2008, p. 19-20).

Em 1992, o PROLER foi criado com o objetivo de transformar vidas “como ruptura de sucessivas e acumuladas opressões” (LINHARES, 2002). O Ministério da Educação possui políticas de aquisição e distribuição de livros, além de desenvolvimento de bibliotecas escolares e de salas de leitura por meio do Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) criado pelo governo federal no ano de 1997, promovendo o acesso à leitura à cultura e à informação.

Em 1999, o governo federal instituiu o Programa SOCINFO para integração e desenvolvimento de ações com uso de tecnologias de informação para promover a inclusão social e contribuir para a economia, estabelecendo competitividade ao mercado com compartilhamento entre o poder público, a iniciativa privada e sociedade civil.

Há também o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para avaliar e disponibilizar livros didáticos, pedagógicos e literários, regularmente e gratuitamente para as escolas públicas de educação básica e para as instituições de educação infantil comunitárias, sem fins lucrativos e em parceria com o poder público.

Arca das Letras é um programa de 2003 realizado nas comunidades rurais para testar a caixa-estante e o funcionamento da biblioteca, implementando um conceito de bibliotecas exclusivo para a área rural do país.

A Resolução 5, de 3 de abril de 2007, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) assinada por Fernando Haddad, instituiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio (PNBEM) com o objetivo de democratizar o acesso à informação, à leitura e à formação de alunos e professores leitores e para dar provimento às escolas de ensino médio com acervos de obras de referência, obras literárias e outros materiais.

Com relação às Políticas de Formação de Leitores, a citação a seguir a descreve detalhadamente:

Quando nos tornamos autor, escritor, é que começamos a escrever o mundo”. O que significa dizer que é preciso estimular e instigar o aluno de forma que ele seja não só consumidor, mas também produtor de cultura, percebendo-se como tal. Cabe ainda destacar que a questão da leitura não pode ser tratada apenas para os que vão à escola, se não para todos que circulam em seu entorno. A responsabilidade social da escola - e do poder público - não se restringe aos usuários diretos, mas à rede da qual esses usuários participam e com a qual interagem. Assim, o incentivo e a promoção de momentos de interação e debate sobre assuntos de interesse da comunidade, por meio de diversas iniciativas em torno da leitura, podem funcionar para instigar a curiosidade, estimular a pesquisa, o estudo e a busca por respostas em diferentes meios de informação, acessíveis até então, ou alcançáveis, a partir da intervenção pedagógica realizada na escola (BERENBLUM, 2006, p.24-5).

As iniciativas por parte do governo federal para incentivo à leitura são diversas e os estados do Brasil também se envolvem em algumas ações promotoras da leitura.

BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

As bibliotecas se apresentam como um espaço de acesso à informação, à cultura, ao lazer e à interação social. A omissão do poder público em estar mais atento e presente nas áreas ocupadas pelas classes sociais menos favorecidas favoreceu o aparecimento das chamadas bibliotecas comunitárias. Esses novos espaços nem sempre configuram uma biblioteca no que tange à estrutura, organização e gestão no âmbito da ciência da Biblioteconomia.

No entanto, a união de membros dessas comunidades carentes, sem formação biblioteconômica e muitas vezes sem apoio de instituições públicas ou privadas, tem o objetivo de dar aos moradores desses locais acesso à leitura, cultura e lazer, oportunizando a criação de espaços para integração social e para redução de desigualdades sociais.

Tomando a leitura como o início dessa jornada comunitária, ela permite várias possibilidades a quem se interessa por ela, ou seja, os leitores, conforme descrito na seguinte citação:

Compreendemos que por meio da leitura, mesmo esporádica, podem estar mais preparados para resistir aos processos de marginalização. Compreendemos que ela os ajuda a se construir, a imaginar outras possibilidades, a sonhar. A encontrar um sentido. A encontrar mobilidade no tabuleiro social [...] E a pensar, nesses tempos em que o pensamento se faz raro (PETIT, 2008, p. 19).

No contexto da leitura, o mediador é um ator de muita importância nesse processo de iniciação à leitura. Comumente, no ambiente das bibliotecas, o mediador é o profissional bibliotecário, porém outros atores podem exercer a função de mediador, tais como professores e amigos. O mediador “pode autorizar, legitimar um desejo inseguro de ler ou aprender ou até mesmo revelar esse desejo” (PETIT, 2008, p. 148).

E sobre o profissional bibliotecário “é [...] aquele que acompanha o leitor no momento, por vezes tão difícil, da escolha do livro, aquele que dá a oportunidade de fazer descobertas [...]” (PETIT, 2008, p. 175).

Para conceituar as bibliotecas comunitárias foi usada a citação a seguir:

[...] a biblioteca comunitária como território de memória, atua como sujeito ativo da ação e está sempre participando em todos os níveis na atuação da instituição. E a biblioteca comunitária como sujeito ativo amplia o conceito clássico de lugar de memória que Pierre Nora (1993, p. 12) define como “uma unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual à vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória de uma comunidade qualquer” (PRADO; MACHADO, 2008, p. 5).

No estudo realizado por Calandro (2011), a autora fez um levantamento das bibliotecas comunitárias localizadas no estado do Rio de Janeiro e na ocasião foram listadas 48.

Com relação à organização do acervo em bibliotecas comunitárias, a sugestão é que seja realizada por meio de agrupamento por grandes assuntos para manter uma certa generalidade em vez de especificidade. Nas estantes a opção seria por localização fixa para facilitar a busca ao usuário com pouca intimidade em buscar e localizar itens nas estantes do acervo. Quanto à localização física, refere-se a localizar os livros “pelo seu local na estante. Sendo o primeiro livro da estante tendo a localização 01,01,01 (primeiro livro da primeira prateleira da primeira estante)” (GOMES, 2016 p. 22).

Apesar das bibliotecas comunitárias serem comumente confundidas com as bibliotecas públicas, há peculiaridades que as diferenciam entre elas é que “a biblioteca pública é criada e mantida pelo Estado a biblioteca comunitária é criada e mantida pela sua própria comunidade, vive de doações e de voluntários” (GOMES, 2016, p. 25).

BIBLIOTECA PROJETO MUNDO DA LUA

A adolescente de 12 anos de idade, Raíssa Luara Castro de Oliveira, moradora da Ladeira dos Tabajaras é a responsável pela criação da Biblioteca Mundo da Lu, sediada Rua Euclídes da Rocha, 507 – Copacabana. Após visitar a Bienal do Livro e perceber que várias crianças que estavam frequentando a feira não compravam livros, nem mesmo os de baixíssimo valor, a adolescente disse ter sonhado com a criação da biblioteca.

Em setembro de 2019, a adolescente usou a internet para promover uma campanha para doação de livros e por meio dela arrecadou inicialmente um pouco mais de 2000 exemplares, além de mobiliário e equipamentos para a criação do espaço em 18 de outubro de 2019. O acervo ultrapassou 4000 livros rapidamente e em 2020, o acervo já é composto por 30.000 exemplares. Para fazer o sonho se tornar realidade, Raíssa

usou o nome da própria mãe para enviar uma mensagem para a vice-presidente da Associação de Moradores dos Tabajaras, Vânia Ribeiro e sugerir a criação da biblioteca no espaço físico da associação. Vânia disse que aceitaria a ideia, desde que a responsabilidade pela biblioteca não precisasse ficar com ela. Assim sendo, a mãe de Raíssa, Fátima Oliveira, ao tomar conhecimento do feito da filha, passou a trabalhar com a filha para a criação da biblioteca.

Raíssa se tornou a personagem central do livro “A pequena princesa”, escrito por Carlos Gomes e a obra demonstra a relevância da existência de personagens negros para construir a identidade e erguer a autoestima, estabelecendo a representatividade desses indivíduos.

A Sra.Éde Lamar passou a colaborar com o projeto Mundo da Lua, colocando seis caixas de doações no Shopping Cidade Copacabana para realizar a coleta das doações de livro. Após a coleta dos livros nas caixas, os livros são transportados para a biblioteca.

Alunos e professores da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) também colaboram com o projeto, orientando Raíssa sobre a melhor maneira para organizar os livros nas estantes.

Geraldo Aguiar é um artista plástico que também abraçou o projeto e fica responsável pela decoração do espaço, além de ter criado uma oficina de pintura com as crianças da comunidade, que produzem quadros. Além da de Geraldo, o projeto também conta com a cooperação de uma design de interiores e um arquiteto para a organização e disposição dos móveis e acessórios.

Raíssa deseja expandir o projeto levando além de cultura também o esporte para as crianças da Ladeira dos Tabajaras e desabafa com relação à atuação dos políticos na comunidade que apenas procuram os moradores para pedirem votos e dispara: “continuamos escravos de políticos que não valorizam escolas e hospitais públicos quando isso deveria ser uma obrigação. Só tenho 12 anos, não sou política, mas quero fazer o melhor para nossa comunidade”. Devido às fortes chuvas de 2019, Raíssa aguarda pela ação da prefeitura para obras estruturais na biblioteca comunitária e na comunidade de uma forma geral.

O espaço da biblioteca também receberá uma oficina de bonecas de pano para que os moradores tenham um meio de gerar renda extra e as aulas serão ministradas pela mãe da Raíssa.

O projeto atende ao público da comunidade da Ladeira dos Tabajaras, totalizando cerca de 21.000 pessoas, mas de forma precária quanto ao cadastramento e controle de empréstimos, devido à falta de mais voluntários para auxiliar no atendimento aos usuários. Como o espaço para abrigar novas doações está esgotado, a biblioteca comunitária Mundo da Lua promove o repasse de doação de livros em torno de 1500 exemplares por semana para outros projetos em fase de implantação ou de desenvolvimento. O projeto Mundo da Lua já colaborou com a criação de 6 novas bibliotecas comunitárias e até o final do ano de 2020 há a previsão da inauguração de mais 3 bibliotecas comunitárias integrantes de outros projetos sociais em comunidades no Rio de Janeiro e também em outros estados do Brasil, entre eles Espírito Santo, Piauí, Rondônia e Bahia.

Durante a pandemia, a biblioteca Mundo da Lua está fechada ao público, mas mesmo assim os empréstimos de livros continuam e a sua fundadora lançou uma nova campanha e pediu para as pessoas interromperem as doações de livros e se engajarem na doação de alimentos e material de limpeza para ajudar à comunidade da Ladeira dos Tabajaras.

Apesar do bom espaço físico para o projeto e das melhorias implantadas na biblioteca com a ajuda de diversos colaboradores, a biblioteca comunitária do Projeto Mundo da Lua ainda tem diversos problemas a serem resolvidos para poder prestar um atendimento melhor ao seu público. Falta a prefeitura cumprir a promessa de realizar obras estruturais no prédio que abriga o projeto e faltam mais voluntários para ajudar a manter as atividades, a organização e o atendimento no Mundo da Lua.

PROJETO INSTITUTO ECOFUTURO

O Instituto Ecofuturo concede a sua contribuição à sociedade atuando no seguimento da conservação ambiental e da promoção da leitura. A organização sem fins lucrativos, foi fundada no ano de 1999 e a mantenedora dos projetos é a empresa Suzano Papel e Celulose, sendo que o Instituto atua como articulador entre a sociedade civil, o poder público e o setor privado. Apesar da fundadora e mantenedora estar localizada no estado de São Paulo, as bibliotecas são criadas em todos os estados do Brasil.

Neste trabalho a análise do projeto será voltada apenas para o projeto Biblioteca Comunitária Ecofuturo - <http://www.ecofuturo.org.br/blog/projeto/bibliotecas->

comunitarias/biblioteca-comunitaria-ler-e-preciso/. O projeto já conseguiu implantar mais de 100 bibliotecas. De acordo com informação do site do projeto, faz parte dos objetivos implantar bibliotecas para a comunidade, com investimento privado e em parceria com o poder público municipal e comunidades locais, para dar a oportunidade de melhoria na formação e ampliação do acesso aos livros, promovendo a democratização do acesso à leitura. O Instituto Ecofuturo investe na formação de leitores e integra livros, pessoas e natureza.

O site do Instituto apresenta uma linha do tempo de suas várias atuações, das quais foram selecionadas as seguintes para ilustrar o trabalho: Ano 2019 Ecofuturo e Suzano recebem Prêmio José Olympio, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), por ações de incentivo à leitura, como o projeto Biblioteca Comunitária, Instituto vence etapa regional do Prêmio Aberje com o livro “Ecofuturo – A vida que a gente”; Ano 2018 113 Bibliotecas Comunitárias implantadas, em 12 estados, Lançamento do livro “A vida que a gente quer” que conta a trajetória do Ecofuturo. Lançamento do livro “Educando na Natureza”, Ecofuturo recebe o título Amigo do Livro 2018 pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), Lançamento do vídeo Formando Leitores de Mundo, Oficinas sobre Educação Ambiental nas implantações das Bibliotecas Comunitárias; Ano 2016 Ecofuturo e Suzano Papel e Celulose recebem Prêmio IPL – Retratos da Leitura, do Instituto Pró-Livro, pelo desenvolvimento do Projeto Biblioteca Comunitária, Realização da Oficina de Discussões Leitura e Escrita de Qualidade para Todos, em Brasília; Ano 2015 107 Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso implantadas em 12 estados, incluindo a primeira em terras indígenas, em Grajaú, no Maranhão, Lançamento da Rede Temática Leitura e Escrita de Qualidade para Todos, no âmbito do GIFE, Lançamento do e-book Atividades em Áreas Naturais, escrito por Rita Mendonça.; Ano 2014 100 Bibliotecas Comunitárias implantadas, em 12 estados; Ano 2012 Lançamento da campanha nacional EU QUERO MINHA BIBLIOTECA, pela universalização de bibliotecas em escolas, Realização da Oficina de Discussões Leitura e Escrita de Qualidade para Todos, em Brasília; Ano 2011 7º Concurso Cultural Ler e Escrever é Preciso. Realização do 7º Concurso Cultural Ler e Escrever é Preciso, com o tema “Vamos Cuidar da Vida”; Ano 2010 Lançamento de pesquisa de Indicadores de impacto e sustentabilidade nas Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso; Ano 2007 Lançamento de pesquisa de Indicadores de impacto e sustentabilidade nas Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso; Ano 2006 50 Bibliotecas Comunitárias implantadas, em 6 estados. Encaminha à Secretaria de Cultura do Estado

uma proposta de lei que institui 12 de outubro como data do Dia da Leitura no Estado de São Paulo; Ano 2005 Realização do 5º Concurso Cultural Ler e Escrever é Preciso com o tema “Na Pista de Ayrton Senna: a conquista de um sonho”, desta vez em escala nacional; Ano 2004 Inauguração do Parque das Neblinas: 2.800 hectares. Atingimos o número de 25 Bibliotecas Comunitárias implantadas, em 6 Estados; Ano 1999 Inauguração das duas primeiras Bibliotecas Comunitárias.

As ações do Instituto são para colocar em prática a responsabilidade social empresarial em parceria com instituições privada, poder público e sociedade civil. O apoio institucional é realizado sob a forma de aporte pela empresa parceira no período de 1 ano ou mais anos. O mantenedor é a empresa que investe no Ecofuturo para sua manutenção anual. A figura do parceiro é representada pela empresa que realiza ações ou projetos junto com o Ecofuturo, como por exemplo, marketing relacionado à causa.

Os projetos podem ser apoiados com patrocinador, a empresa que realiza aporte financeiro diretamente para a realização de um projeto ou apoio quando a empresa ou organização oferece serviços, doações e/ou permuta para um projeto.

O site do Instituto Ecofuturo é muito detalhado e uma das informações contidas são os Relatórios anuais apresentados em arquivos em PDF, sendo que o último disponível para consulta é do ano de 2016.

Por acreditar que as competências de leitura e escrita são a base para a qualidade na educação, o Instituto Ecofuturo contribui para a implantação e qualificação de política pública de leitura e de biblioteca, democratizando o acesso ao livro e menciona a Lei 12.244/10, que determina que até 2020 todas as instituições de ensino do Brasil, públicas e privadas, deverão ter bibliotecas. O ano de 2020 está terminando e a disposição da lei 12.244/10 está longe de ter sua meta atingida. A prioridade do projeto é a implantação de bibliotecas em escolas públicas, abertas à comunidade e o incentivo à promoção de leitura.

No relatório de 2016 é informado que 107 bibliotecas foram implantadas em 12 estados, sendo: 1 em penitenciária, 1 em aldeia indígena, 1 em assentamento, 600 mil atendimentos e 210 mil empréstimos de livros por ano, 4 mil pessoas formadas nos cursos de Auxiliar de Biblioteca e Promotor de Leitura, além de realização de oficinas de Gestão e Sustentabilidade com representantes do poder público.

O relatório apresenta também a premiação da 6ª edição do Prêmio EcoFuturo de Bibliotecas e informa que o júri é composto por especialistas nas áreas de educação, leitura e biblioteconomia, que analisam o planejamento de atividades de promoção de

leitura e sua execução ao longo de todo o ano, acervo selecionado, articulação e atendimento a diversos públicos. Como premiação aos vencedores: 50 livros de literatura novos, certificados para todas as bibliotecas participantes, viagem e participação na Bienal Internacional do Livro de São Paulo. Em 2016 foram investido R\$ 1 milhão de reais nas bibliotecas.

O monitoramento dos projetos das bibliotecas comunitárias é realizado, a primeira com a aplicação de questionário online para avaliar o acervo, empréstimo, estrutura, planejamento e programação. Apenas 71 bibliotecas da rede do Ecofuturo responderam à pesquisa e a causa provável é que 42% das bibliotecas ainda não têm acesso à internet. Com relação às idades dos frequentadores, a faixa etária está entre 7 a 14 anos.

Segundo o relatório anual de 2016, foi iniciado levantamento de dados para a definição de indicadores de impacto do projeto das Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo nas comunidades em que estão, de modo que no final do ano de 2017, resultados seriam apresentados. No entanto, nenhum outro relatório anual foi divulgado no site.

O projeto monitora o impacto do programa Biblioteca Comunitária Ecofuturo na formação das crianças e jovens por intermédio dos resultados escolares com respostas às questões como, por exemplo, qual a relevância do Biblioteca Comunitária Ecofuturo (BCE). Segundo o relatório de 2016, para o ensino fundamental I, as estimativas também são positivas, com taxa de aprovação elevada em 3%.

O projeto lançou em 2009, o Prêmio Ecofuturo de Bibliotecas para premiar a promoção da leitura nas Bibliotecas Comunitárias implantadas pelo Instituto Ecofuturo em parceria com empresas, poder público e comunidade, onde os vencedores são selecionados por um júri do Ecofuturo e especialistas em educação, leitura e biblioteconomia para avaliarem o planejamento atividades de leitura, o acervo e o atendimento ao público.

As variáveis referentes ao impacto das bibliotecas são computadas separadamente para o Ensino fundamental I e II. Desde 2007, o IDEB é usado para a verificação da qualidade da educação e métrica para o desempenho de políticas públicas e projeto sociais.

O Instituto Ecofuturo foi o único dos três projetos em que não foi conseguida a entrevista virtual, mas as informações do site e do último relatório anual são bastante consistentes para integrar as informações deste trabalho e o relatório anual de 2016 confirma que o desempenho positivo no IDEB e as bibliotecas indicadas a prêmios

geram impactos positivos para o Fundamental I e II, mas a metodologia adotada não mensura impactos sobre a autoestima, habilidades de comunicação oral, participação social.

Para mensurar os impactos na melhoria dos índices de educação dos municípios, estruturaram duas pesquisas sobre a relevância das Bibliotecas Comunitárias Ecofuturo, onde houve 7.8% de aumento adicional no IDEB nos municípios com Biblioteca Comunitária Ecofuturo, 38% de aumento do potencial de melhoria no IDEB nos municípios que receberam uma Biblioteca Comunitária Ecofuturo, 70% do acervo com foco em literatura, selecionado em parceria técnica com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), 30% selecionado com a participação da comunidade para contemplar demandas locais e características culturais regionais. Em 2016 houve 660.000 atendimentos, 140.000 livros distribuídos nos acervos e o relatório anual apresenta detalhadamente as etapas do projeto.

Segundo o Instituto Ecofuturo, as Bibliotecas Comunitárias integram a comunidade com a vida escolar, a participação na implantação da biblioteca gera empoderamento da comunidade e o entrosamento entre comunidade, poder público e setor privado melhora o diálogo que sempre é positivo para as ações.

Por fim, fica muito clara a estrutura sólida do projeto e os efeitos positivos gerados pela implantação das bibliotecas comunitárias implantadas sob a responsabilidade do Instituto Ecofuturo.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas comunitárias são pouco estudadas no meio biblioteconômico e por vezes são confundidas com as bibliotecas públicas e com as escolares. As bibliotecas comunitárias enquanto projetos sociais encabeçados e implantados apenas sob a responsabilidade comunidade em que a biblioteca se insere apresenta muitas dificuldades para organização e manutenção devido à falta de apoio especializado para prosseguimento do projeto.

A existência de parcerias público privadas para a implantação e monitoramento de projetos que envolvam a criação de bibliotecas comunitárias é importante para fortalecer o objetivo do projeto e dar prosseguimento às melhorias que podem ser proporcionadas à comunidade, já que há falta de bibliotecas públicas e escolares próximas para atender às necessidades desse grupo social.

Este trabalho escolheu dois projetos bem diferentes sobre bibliotecas comunitárias, onde a biblioteca Mundo da Lua, é um caso gratificante, tendo em vista o interesse e o amor de uma adolescente pela leitura e pela sua comunidade, trazendo à tona o seu engajamento e uma profundidade do sentido de responsabilidade social.

Assim sendo, culmina para a criação da biblioteca na sua própria comunidade e atua na ajuda para a implantação de bibliotecas em outras comunidades carentes. Com uma realidade totalmente diferente dos projetos do Centro Esportivo Estilo Livre e do Mundo da Lua, que não possuem parcerias ou patrocínios para alavancar os projetos, o Instituto Ecofuturo dispõe de toda a estrutura necessária para a gestão social e a coloca à disposição das comunidades com a criação de mais bibliotecas comunitárias a cada ano, contando com estrutura em parceria empresarial, pública e comunitária e ainda se dispõe a premiar e reconhecer as melhores bibliotecas, além dos três projetos para educação e proteção ambiental, de forma que há a construção desse movimento intencional pela empresa e nota-se nitidamente pelas informações contidas no relatório anual, que existe o impacto social com a melhoria dos indicadores avaliados.

As bibliotecas comunitárias são espaços estratégicos para acesso à informação, à formação de leitores e à integração social e com potencial para redução das desigualdades sociais, porém há muita dificuldade para que projetos sociais sejam autossustentáveis e no caso da implantação de bibliotecas comunitárias, não cabe o conceito de negócio social porque não envolve geração de renda. Isabela Mena cita a professora da EAESP-FGV, Tânia Vidigal Limeira no relato sobre negócio social: “há a necessidade de impacto social como atividade central e a geração de receita para auto sustento”.

O acesso à informação é direito de cada cidadão, mas para as pessoas das periferias mergulhadas nas desigualdades sociais, esse direito torna-se difícil de estar garantido, reforçados pela falta ou precariedade de políticas públicas desse teor.

O direito à informação provoca a geração de novos conhecimentos, mudanças sociais e colabora com a possibilidade de sonhar e tornar sonhos uma realidade para a transformação de vidas, promovendo oportunidades por meio da educação, leitura e cultura.

REFERÊNCIAS

ARCA das Letras. Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/programas_ambientais/arca_das_letras.html. Acesso em: 11 maio. 2021.

BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane. Por uma política de formação de leitores. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pollei_formleit.pdf. Acesso em: 10 maio. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PNLD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional Biblioteca da Escola. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Resolução 5, de 3 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio – PNBEM 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_pnbem.pdf. Acesso em: 11 maio. 2021.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DAGNINO, Renato et al. Metodologia de análise de políticas públicas. In: GESTÃO estratégica em políticas públicas. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. p. 185-263. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170912053928/pdf_1473.pdf. Acesso em: 16 abr. 2021.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. Rio de Janeiro: Cortez, 2005. 120 p.

GOMES, Carolina Canelas. A importância da biblioteca comunitária em comunidades periféricas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/tccs-2016.1/TCC%20Carolina%20Canelas%20Gomes.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

LIMA, Mariana. Menina vítima de racismo cria sua própria biblioteca comunitária. Observatório do Terceiro Setor, 09 nov. 2020. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/menina-vitima-de-racismo-cria-sua-propria-biblioteca-comunitaria/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

LIMEIRA, Tânia Maria Vidigal. Empreendedorismo social no Brasil: estado da arte e desafios. In: Inovação em Cidadania Empresarial. Disponível em: http://ice.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Empreendedorismo_Social_no_Brasil_ICE_FGV.pdf. Acesso em: 19 maio 2021.

LINHARES, Célia. Uma proposta para a busca do saber com o sabor do prazer. Revista Espaço Acadêmico, a. 2, n. 15, p. 119, ago. 2002.

LUA inaugura biblioteca na comunidade do Tabajaras. Rio de Boas Notícias, 18 out. 2019. Disponível em: <http://riodeboasnoticias.com.br/inspiracao/lua-inaugura-biblioteca-na-comunidade-do-tabajaras/>. Acesso em: 13 maio 2021.

MACHADO, Elisa Campos. Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/>. Acesso em: 13 abr. 2021.

MELO, Victor Andrade de. Projetos sociais de esporte e lazer: reflexões, inquietações, Sugestões. Revista Quaderns d'Animació i Educació Social, n. 7, enero. 2008. Disponível em: <http://quadernsanimacio.net>. Acesso em: 17 maio 2021.

MENA, Isabela. Verbete draft: o que é negócio social. Disponível em: <https://www.projeto-draft.com/verbete-draft-o-que-e-negocio-social/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

PETIT, Michéle. Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva. São Paulo: Ed.34, 2008. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/17611090/petit-michele-os-jovens-e-a-leitura>. Acesso em: 26 abr. 2021.

PRADO, Geraldo Moreira; MACHADO, Elisa Campos. Território de memória: fundamento para a caracterização da biblioteca comunitária. In: ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. Anais Digitais. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3032/2158>. Acesso em: 12 maio 2021.

RODRIGUES, Michele de Britto. Análise do Programa Arca das Letras em comunidades rurais do Estado de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120710/285847.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SCORNAVACCA JUNIOR, Eusébio; BECKER, João Luiz; CARAVANTES, Geraldo Ronchetti. Administrando projetos sociais. Revista de Administração Pública da FGV, v. 32, n. 6, p. 159-77, nov./dez. 1998. Disponível em: [file:///C:/Users/FGV/Downloads/Scornavacca%20%20Administrando%20projetos%20sociais%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/FGV/Downloads/Scornavacca%20%20Administrando%20projetos%20sociais%20(2).pdf). Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, Adailton. A interrupção do programa Socinfo. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/tecnologia/a-interruptao-do-programa-socinfo/>. Acesso em: 11 maio 2021.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Discussão sobre a gestão social: conceitos e protagonistas. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 16, n.1, p. 19-29, jul./dez. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/FGV/Downloads/17973-79036-1-PB.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.